



RISE Resilience
Investment
Sustainability
& Equity
ISTP

Programa de Promoção e Certificação de Serviços de Turismo e Natureza e Conservação de São Tomé e Príncipe

V1.0-20251205

1. Resumo Executivo

Nome	Programa de Promoção e Certificação de Serviços de Turismo de Natureza e Conservação de São Tomé e Príncipe
Setor	Turismo de Natureza, Ecoturismo, Biodiversidade e Conservação
Localização	Implementação nacional, com foco nas áreas de maior concentração turística: zonas costeiras, parques naturais, trilhos de natureza, roças concessionadas e áreas protegidas com elevado potencial de valorização.

Montante de investimento necessário

O documento não apresenta valores financeiros, uma vez que se trata de um programa estruturante de certificação, formação, capacitação institucional e qualificação da oferta turística.

→ O montante de investimento será definido na fase seguinte (modelação económica e financeira).

Valor de mercado / oportunidade

São Tomé e Príncipe apresenta um forte potencial de ecoturismo, sustentado por mais de 50% do território protegido, elevada biodiversidade e a recente designação como **Reserva Mundial da Biosfera (UNESCO, 2025)**. O turismo já representa **12,1% do PIB**, cresce após a pandemia e é priorizado pela Estratégia da Economia Azul, pelo PNIEA e pela ENDS 2024–2040 como motor de diversificação económica e emprego verde.

Apesar disso, persistem lacunas — ausência de certificação, baixa qualificação, falta de infraestruturas interpretativas e capacidade institucional limitada. O programa responde diretamente a estas falhas, elevando padrões de qualidade, reforçando competitividade e potenciando a atração de fluxos turísticos de maior valor.

Indicadores-chave (ROI, IRR, Payback, NPV)

Não aplicável nesta fase: o documento não inclui informações financeiras, modelos económicos ou projeções.

Os indicadores serão definidos no Business Case financeiro, após definição do CAPEX e OPEX do programa.

Mensagem central para o investidor – Porquê investir?

O projeto constitui uma oportunidade estratégica para reposicionar STP como destino de natureza de referência, alinhado com a sustentabilidade e a Economia Azul.

Investir no programa permite aproveitar a vantagem da **Reserva Mundial da Biosfera**, criar um sistema nacional de certificação e qualificação, reforçar a capacidade institucional da DGTH e desenvolver produtos turísticos sustentáveis.

Gera ainda impactos positivos claros: **emprego verde**, valorização comunitária, proteção da biodiversidade, redução de pressões ambientais e aumento das receitas turísticas e fiscais.

Em síntese: um investimento com elevado impacto, baixo risco setorial e pleno alinhamento com as prioridades de desenvolvimento sustentável e economia azul de STP.



2. Contexto e Oportunidade

Problema / Oportunidade Identificado

São Tomé e Príncipe possui condições naturais excepcionais para o ecoturismo — elevada biodiversidade, forte conservação ambiental e mais de 50% do território protegido, agora reforçado pela designação de **Reserva Mundial da Biosfera (UNESCO, 2025)**. Contudo, o setor enfrenta limitações estruturais que travam a sua competitividade: falta de certificação e padrões de qualidade, capacidade institucional reduzida na DGTH, défice de formação profissional, promoção internacional insuficiente, forte dependência do mercado português e fragilidades em energia, saneamento e gestão de resíduos.

Em paralelo, o turismo já representa **12,1% do PIB** e beneficia de crescente procura global por destinos seguros e autênticos. As estratégias nacionais — turismo, economia azul, biodiversidade e clima — convergem para apoiar investimentos sustentáveis. Assim, o programa surge como resposta direta a estes bloqueios estruturais e à oportunidade imediata de valorizar o ecoturismo e o estatuto de Reserva da Biosfera.



Alinhamento com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2025–2039 e com as NDC

Embora o PND 2025–2039 ainda esteja em validação, a ENDS 2024–2040 já define o turismo como setor prioritário para diversificação económica, emprego verde e crescimento inclusivo, defendendo um modelo de desenvolvimento baseado na valorização do capital natural e na integração das comunidades. O turismo sustentável é também visto como motor de receitas, formalização empresarial e dinamização rural.

O programa responde diretamente a estas prioridades ao reforçar capacidades institucionais, qualificar e certificar a oferta turística, integrar comunidades e operadores e promover práticas verdes.

Quanto às NDC, estas priorizam a proteção de ecossistemas sensíveis, práticas sustentáveis de uso do território, transição energética e adaptação climática. O programa contribui para estes objetivos através da promoção de energia limpa e gestão eficiente de recursos, melhoria de práticas de conservação, criação de produtos de ecoturismo sustentáveis e apoio a comunidades costeiras.

Assim, o projeto está plenamente alinhado com o PND/ENDS e com os compromissos climáticos internacionais de STP.

Contributo para os ODS e para a Resiliência de STP

ODS / Resiliência	Contributo do Programa (síntese)
ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico	Emprego verde; qualificação de guias, gestores e empreendimentos; aumento da competitividade do destino.
ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis	Normas de certificação ambiental; eficiência energética e gestão de resíduos; promoção de operadores sustentáveis.
ODS 14 – Vida Marinha	Redução de pressões sobre habitats sensíveis; valorização de ecossistemas costeiros na Economia Azul.
ODS 15 – Vida Terrestre	Valorização de áreas protegidas; interpretação da biodiversidade; reforço das práticas de conservação.
ODS 5 – Igualdade de Género	Prioridade a mulheres na formação e empregabilidade no turismo.
Resiliência Nacional	Serviços turísticos adaptados ao clima; melhores infraestruturas de visitação; apoio a atividades econ�micas sustentáveis; maior capacidade institucional para gestão de recursos naturais.

3. Descrição do Projeto

Objetivo Geral

Promover um modelo de turismo sustentável, qualificado e resiliente em São Tomé e Príncipe, fortalecendo a oferta de serviços de turismo de natureza e conservação, alinhado com a marca nacional “STP – Reserva da Biosfera”.

Objetivos Específicos

- Melhorar a qualidade dos serviços turísticos através da criação e implementação de sistemas de certificação e normas de sustentabilidade.
- Reforçar a capacidade institucional da DGTH e demais entidades relevantes, garantindo melhor regulação, fiscalização e monitorização do setor.
- Desenvolver programas de formação técnico-profissional para guias, operadores e técnicos, com foco em turismo de natureza, conservação e práticas sustentáveis.
- Valorizar a biodiversidade e os ecossistemas naturais através de infraestruturas interpretativas, trilhos e conteúdos educativos.
- Integrar comunidades locais na cadeia de valor do turismo, reforçando inclusão social e geração de emprego verde.



Resultados Esperados

O programa deverá produzir melhorias estruturais e mensuráveis na cadeia de valor do turismo de natureza:

Resultados principais

1. Criação de um sistema nacional de certificação para serviços turísticos de natureza e ecoturismo.
2. Aumento da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados pelos operadores turísticos.
3. Capacitação de profissionais (guias, gestores, empreendimentos) através da Escola de Hotelaria e Turismo (EHT-STP).
4. Reforço da capacidade institucional da DGTH e das associações do setor (Operadores Turísticos, Guias, etc.).
5. Criação e melhoria de trilhos, centros interpretativos e sinalética, reforçando a experiência turística.
6. Integração de iniciativas comunitárias e pequenas empresas em cadeias de valor do ecoturismo.
7. Redução de pressões sobre ecossistemas sensíveis, promovendo práticas de conservação e gestão sustentável.

Impacto sistémico

- Aumento do número de turistas interessados em natureza e cultura.
- Fortalecimento da imagem internacional de STP como destino seguro, autêntico e sustentável.
- Crescimento da receita turística e maior formalização do setor.
- Contributo direto para os objetivos da ENDS e da Estratégia da Economia Azul.

Atividades Principais / Modelo Operacional — Resumo

O programa organiza-se em quatro eixos estratégicos.

O **Eixo 1** concentra-se no reforço institucional, incluindo atualização do quadro legal, revisão de procedimentos de licenciamento e fiscalização, integração com políticas da Economia Azul e fortalecimento da DGTH e associações.

O **Eixo 2** foca-se na qualificação e certificação, através da adoção de critérios alinhados com o GSTC, apoio técnico a operadores e microinvestimentos via REINA para práticas sustentáveis.

O **Eixo 3** valoriza a biodiversidade, através de infraestruturas interpretativas, trilhos com sinalética e parcerias com ONGs especializadas.

O **Eixo 4** reforça a promoção e marketing, com melhoria da presença digital, produção de conteúdos e formação em comunicação.

O modelo operacional combina coordenação pela DGTH com execução descentralizada por EHT–STP, REINA, ONGs e comunidades locais.

Estado de Maturidade

O programa apresenta elevada maturidade: diagnóstico concluído, prioridades definidas, estrutura operacional estabelecida e alinhamento com estratégias nacionais e internacionais. Envolve as principais instituições e não requer estudos adicionais complexos. O conceito e desenho técnico estão concluídos, a estrutura de implementação está definida, e o financiamento será mobilizado no Fórum de Bruxelas.

Classificação: pronto para implementação imediata.

4. Estrutura Económica e Financeira

Estimativa de Investimento (CAPEX) e Custos Operacionais (OPEX)

O documento não apresenta valores financeiros, pelo que a estimativa baseia-se apenas nos tipos de investimento previstos.

O CAPEX incide em infraestruturas leves de interpretação ambiental, ferramentas digitais de certificação, equipamentos de formação e pequenos apoios catalíticos para melhorias sustentáveis em operadores.

O OPEX inclui formação contínua, funcionamento da certificação e monitorização, ações de promoção, apoio técnico aos operadores e custos operacionais das instituições envolvidas.

A definição do montante total ficará para a fase de modelação financeira, sendo adequada à natureza institucional e não-infraestrutural do programa.

Estrutura de Financiamento (Equity, Dívida, PPP, Blended Finance)

O programa, de natureza institucional e não infraestrutural, não utiliza modelos clássicos de equity/dívida, sendo financiado através de um modelo multifonte. Inclui assistência técnica internacional (UNDP, OHRLLS, UE) para formação, certificação e reforço institucional; **blended finance leve via REINA** para microinvestimentos em práticas sustentáveis; cofinanciamento público através da DGTH e outras entidades; e **parcerias técnicas** com Turismo de Portugal e ONGs de conservação. O enfoque é na catalisação de melhorias sustentáveis e não em grandes investimentos físicos.

Projeções de Receitas (Cenário Base)

Embora não existam projeções financeiras numéricas, o programa deverá gerar impactos económicos indiretos significativos: aumento das receitas de visitação, maior atividade dos operadores certificados, crescimento da receita fiscal e valorização do destino enquanto **Reserva da Biosfera**. Em termos macroeconómicos, prevê-se maior contribuição do turismo para o PIB, redução da sazonalidade através de novos produtos e aumento dos rendimentos em comunidades envolvidas no ecoturismo. As projeções detalhadas serão desenvolvidas na fase financeira, após definição do montante total de investimento.

Indicadores Financeiros (ROI, IRR, NPV, Payback)

Nesta fase não existe informação financeira suficiente para calcular indicadores de retorno. Assim, os indicadores serão desenvolvidos na fase seguinte do Business Case.

5. Riscos e Estratégias de Mitigação

Riscos Económicos

Risco	Descrição	Mitigação
Risco 1 – Limitações de acesso ao financiamento dos operadores turísticos	Muitos operadores têm dificuldade em aceder a crédito para investimentos em energia limpa, gestão de resíduos ou outras melhorias ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização de microfinanciamento e linhas catalíticas via REINA. ▪ Incentivos fiscais e técnicos para operadores certificados (com o Ministério das Finanças).
Risco 2 – Baixa capacidade de investimento público	Algumas melhorias dependem de recursos públicos ou de parcerias com autarquias.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Financiamento internacional alinhado com NDC e Economia Azul. ▪ Priorização de infraestruturas leves de baixo custo (trilhos, sinalética, conteúdos interpretativos).

Riscos Climáticos e Ambientais

Risco	Descrição	Mitigação
Risco 3 – Vulnerabilidade às alterações climáticas	STP é altamente vulnerável à erosão costeira, eventos climáticos extremos e pressão sobre zonas costeiras, afetando áreas turísticas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de práticas de adaptação e resiliência nos serviços turísticos. ▪ Integração de critérios ambientais na certificação (energia limpa, gestão de resíduos, proteção de ecossistemas). ▪ Envolvimento das ONGs de conservação na monitorização ecológica.
Risco 4 – Degradação de ecossistemas sensíveis devido à visitação	O aumento do turismo pode gerar pressão sobre áreas protegidas e habitats frágeis.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de trilhos controlados, centros interpretativos e sinalética adequada. ▪ Formação de guias e operadores em práticas de conservação. ▪ Planeamento conjunto com as áreas protegidas

Riscos Reguladores e Institucionais

Risco	Descrição	Mitigação
Risco 5 – Capacidade institucional limitada na DGTH	A DGTH dispõe de recursos humanos e técnicos insuficientes para aplicar normas, fiscalizar e monitorizar operadores.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço organizacional previsto no Eixo 1 (manual de procedimentos, formação interna, harmonização legal). ▪ Parcerias técnicas com Turismo de Portugal e ONGs especializadas.
Risco 6 – Ausência inicial de padrões uniformes de certificação e conformidade	Sem normas claras e padronizadas, operadores podem resistir à adoção do novo sistema de certificação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de critérios internacionais (GSTC) adaptados ao contexto nacional. ▪ Processo participativo envolvendo operadores e associações do setor.

Riscos Operacionais

Risco	Descrição	Mitigação
Risco 7 – Baixa qualificação técnica dos operadores e guias	Falta de competências em interpretação ambiental, atendimento, segurança e práticas de sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação profissional estruturada pela EHT–STP. ▪ Certificação progressiva acompanhada por planos de melhoria por operador.
Risco 8 – Fraca presença digital e marketing insuficiente	Promoção limitada do destino e dificuldade em atrair novos mercados e segmentos turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do Eixo 4: reforço da presença digital, produção de conteúdos, parcerias e formação em marketing.



Riscos Sociais e Comunitários

Risco	Descrição	Mitigação
Risco 9 – Participação limitada das comunidades locais	A falta de envolvimento comunitário compromete inclusão, apropriação local e sustentabilidade social das atividades turísticas.	<ul style="list-style-type: none">▪ Envolvimento das comunidades em todas as fases do programa.▪ Incentivo a microiniciativas de turismo comunitário.
Risco 10 – Desigualdade de género e baixa participação de mulheres	Persistem desequilíbrios de género no setor, sobretudo em funções técnicas e operacionais.	<ul style="list-style-type: none">▪ Priorização de mulheres na formação e nos apoios catalíticos.▪ Integração transversal da perspetiva de género em todos os eixos do programa.

6. Externalidades do Projeto

Sociais

- Inclusão comunitária via formação e prestação de serviços turísticos.
- Emprego verde para jovens e mulheres; qualificação pela EHT–STP.
- Reforço do tecido associativo (guias e operadores).

Económicas

- Maior competitividade da oferta e atração de mercados de maior rendimento.
- Maior formalização, aumento da receita fiscal e profissionalização do setor.
- Dinamização de cadeias de valor locais (artesanato, restauração, transporte, serviços).
- Contributo direto para o crescimento azul.

Ambientais

- Redução da pressão sobre ecossistemas através de práticas sustentáveis e certificação.
- Valorização da biodiversidade e da Reserva da Biosfera (trilhos, centros interpretativos, ONGs).
- Reforço da adaptação climática em zonas vulneráveis.

Tecnológicas

- Modernização e digitalização do setor (presença digital, conteúdos online, sistemas de informação).
- Ferramentas digitais para certificação e monitorização.
- Transferência de know-how técnico (Turismo de Portugal e ONGs); adoção de critérios GSTC.

7. Implementação e Governança

A governança assenta na coordenação central da DGTH, responsável pela regulamentação, supervisão da certificação e articulação institucional. O programa é apoiado tecnicamente pelo Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, e por UNDP e OHRLLS, garantindo alinhamento com a Estratégia da Economia Azul e os TOR.

A execução temática envolve a EHT-STP (formação), associações de operadores e guias (boas práticas e certificação), e ONGs ambientais (conteúdos interpretativos e monitorização). O apoio catalítico é assegurado pela REINA, com microfinanciamento para melhorias sustentáveis.

Parceiros Nacionais e Internacionais Previstos

Parceiros Nacionais:

- DGTH (coordenação, fiscalização e certificação)
- EHT-STP (formação técnica)
- Associações de operadores e guias (implementação local)
- Áreas protegidas / PNOST (trilhos, visitação e conservação)

Parceiros Internacionais:

- UNDP (reforço institucional, ODS/NDC)
- OHRLLS (apoio técnico e validação internacional)
- Turismo de Portugal (padrões de certificação e qualidade)
- ONGs internacionais de conservação (conteúdos e monitorização)



Cronograma de Implementação (Curto / Médio Prazo)

Fase 1 (0–6 meses): harmonização regulatória, criação dos instrumentos de certificação e reforço organizacional da DGTH.

Fase 2 (6–18 meses): formação de guias e operadores, certificação-piloto e primeiros trilhos e conteúdos interpretativos.

Fase 3 (18–36 meses): expansão da certificação, melhoria das infraestruturas interpretativas e reforço da presença digital/promocional.

Fase 4 (36+ meses): monitorização contínua, atualização das normas e integração com iniciativas da economia azul e biodiversidade.



8. Proposta de Parceria / Call to Action

Modalidades de Parceria Pretendidas

O programa procura parceiros institucionais, técnicos e financeiros para reforçar a DGTH, apoiar formação (EHT–STP), implementar a certificação nacional, desenvolver conteúdos interpretativos e trilhos, e financiar pequenas melhorias sustentáveis nos operadores.

As modalidades adequadas incluem:

- Assistência técnica e reforço institucional (UNDP, OHRLLS, UE, Cooperação Portuguesa, Turismo de Portugal);
- Blended finance leve via REINA para energia limpa, resíduos e eficiência de recursos;
- Parcerias com ONGs ambientais para conteúdos de biodiversidade, monitorização e apoio comunitário (BirdLife, FFI, MARAPA, Programa TATÔ, Monte Pico).

Incentivos e Vantagens para os Parceiros

O programa oferece forte alinhamento com prioridades nacionais — ENDS 2024–2040, Estratégia da Economia Azul e NDC — e está enquadrado no Fórum de Bruxelas 2025, que mobiliza projetos estratégicos perante parceiros internacionais. Gera elevado impacto social e ambiental (emprego verde, valorização comunitária, proteção da biodiversidade, redução de pressões ecológicas) e proporciona grande visibilidade institucional, reforçada pelo estatuto de Reserva Mundial da Biosfera.

O que se procura do investidor / parceiro

O programa procura apoio técnico para implementar o sistema nacional de certificação, financiamento para formação e capacitação, apoio ao desenvolvimento de trilhos e conteúdos interpretativos, financiamento catalítico para melhorias sustentáveis nos operadores e parcerias estratégicas com entidades de turismo, conservação e educação ambiental.

Próximos Passos

1. Validação técnica final do programa no contexto do Fórum de Bruxelas 2025.
(Mandato definido nos TOR)
2. Apresentação formal a parceiros internacionais, incluindo doadores, instituições de cooperação e entidades do setor turístico.
3. Negociação de acordos de apoio técnico e financeiro com entidades públicas e multilaterais.
4. Arranque da implementação, com foco inicial no reforço institucional, formação e certificação.

Mensagem Final – Call to Action

Investir no Programa de Promoção e Certificação de Serviços de Turismo de Natureza é investir no futuro sustentável de São Tomé e Príncipe.

Uma oportunidade única para fortalecer o turismo verde, proteger a biodiversidade, capacitar comunidades e posicionar o país como referência internacional na economia azul e no ecoturismo.

